



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

**TATIANA MOURA
RITA SANTOS**

**TRANSFORMAR O LUTO EM LUTA:
SOBREVIVENTES DA VIOLÊNCIA ARMADA**

**Maio de 2008
Oficina nº 307**

Tatiana Moura
Rita Santos

Transformar o luto em luta: Sobreviventes da violência armada

Oficina do CES n.º 307
Maio de 2008

OFICINA DO CES
Publicação seriada do
Centro de Estudos Sociais
Praça D. Dinis
Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:
Apartado 3087
3001-401 COIMBRA

Tatiana Moura

Rita Santos

Núcleo de Estudos para a Paz/CES-FEUC

Transformar o luto em luta: sobreviventes da violência armada*

Resumo: Este texto pretende dar conta de iniciativas vocacionadas para a minimização, prevenção e transformação das violências, protagonizadas por mulheres, que contribuem assim para contrariar a tendência de invisibilização e ausência histórica das mulheres enquanto sujeitos sociais em tempo de paz mas, acima de tudo, em tempo de conflitos armados. Em primeiro lugar, analisam-se alguns movimentos de mulheres que se destacaram no movimento anti-guerra durante o período entre guerras e a Guerra Fria; num segundo momento dar-se-á destaque a exemplos da chamada “maternidade militante”, activismo protagonizado por mães sobreviventes da violência.

Introdução

A análise do envolvimento de homens e mulheres em conflitos armados e em cenários de violência política tem sido norteadada por uma abordagem estereotipada e universalizante, detendo-se sobre as práticas e actores mais visíveis das violências. Exemplos disso são a omissão da participação de mulheres em situações de combate ou em operações de paz, a invisibilidade do envolvimento de homens em movimentos pacifistas e a desvalorização do activismo político protagonizado por mulheres em cenários de guerra e violência disseminada.

Esta agenda dominante da investigação em Relações Internacionais, omissa e enviesada, tem contribuído para legitimar e perpetuar construções identitárias e relações de poder tradicionais, assentes na identificação dos homens enquanto actores activos e violentos e das mulheres como actores passivos, vítimas e defensoras naturais da paz. Esta interpretação tem, obviamente, repercussões importantes em situações de conflito armado, pós-guerra e em cenários menos analisados, como os marcados pela violência armada, organizada ou não. Dado que as identidades sexuais moldam e são cruciais na análise de fenómenos violentos, uma vez que o modelo de relação interpessoal hierárquico que lhe subjaz figura no rol de motivações que justificam e legitimam formas de violência, uma análise errada ou incompleta sobre o envolvimento de homens e mulheres em actos violentos, bem como na elaboração de estratégias de resposta e

* As autoras agradecem as sugestões e comentários de Bárbara Soares e José Manuel Pureza.

contenção das violências pode significar o desenho e implementação de políticas de resposta às violências desfasadas da realidade e até mesmo contraproducentes.

Neste sentido, este texto pretende dar conta de propostas de minimização, prevenção e transformação das violências protagonizadas por mulheres, com maior e menor visibilidade, contribuindo assim para contrariar a tendência de invisibilização e ausência histórica das mulheres enquanto sujeitos sociais. Em primeiro lugar, assinalar-se-ão alguns movimentos de mulheres que se destacaram no movimento anti-guerra durante o período entre guerras e Guerra Fria, enquanto num segundo momento se dará destaque a exemplos da chamada “maternidade militante”, activismo protagonizado por mães sobreviventes da violência.

1. Em pé de guerra: masculinidades e feminilidades

Os papéis e contributos das mulheres têm sido historicamente subvalorizados, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz. Esta subalternização tem as suas raízes na própria construção social dos significados de guerra e de paz, estereotipadamente associados a ambos os sexos. A mulher tem sido *naturalmente* conotada com a paz informal, a paz quotidiana, e o homem com a guerra e a paz formal.

O ponto de partida das análises feministas é precisamente atentar ao processo de atribuição de papéis sociais diferenciados em função do sexo, que tendem a subalternizar as mulheres e as suas experiências, procurando perceber o peso que têm na consolidação e perpetuação de uma cultura de violência ou “sistema de guerra”, na designação de Betty Reardon. Para esta autora, a estrutura de poder patriarcal é entendida como “a parte central da estrutura conceptual que determina virtualmente toda a acção humana, tanto pública, como privada” (Reardon, 1985: 15), influenciando sobre as nossas práticas diárias, impondo papéis sexualmente definidos, ao mesmo tempo que estabelece uma hierarquia entre eles, cimentando e naturalizando assim relações de poder válidas em contextos de guerra e em contextos de paz.

Os estereótipos ‘homem-violento’ e ‘homem-responsável pela paz formal’, que destacam o papel dos homens na condução da guerra em nome dos/das ‘desprotegidos/as’ e no delineamento de fins negociados para os conflitos, e ‘mulher-vítima’ e ‘mulher-pacífica’, resultantes da dependência das mulheres face aos homens e da percepção do seu determinismo biológico maternal, são assim sínteses do

sistema de dualismos hierárquicos de matriz patriarcal, que têm perdurado no tempo e que inferiorizam as mulheres e outros grupos marginalizados.¹ Por sua vez, estas representações sexuais dominantes tornam possíveis e chegam a normalizar actos de violência “privada”, bem como actos de violência organizada, socorrendo-se de mitos legitimadores, nomeadamente a crença na predisposição genética da mulher para a paz, a visão romantizada e nobre da guerra e a convicção no uso da violência enquanto forma de resolução de disputas e garante da segurança (militarismo) (Tickner, 1991: 58), mitos que são usados para legitimar a própria violência e a guerra, que as reconstituem e reforçam. Transversal e implícita a esta visão está ainda a divisão tradicional dos espaços de movimentação e responsabilidade de homens e mulheres, válida igualmente em épocas de paz. Ao homem está reservada, por tradição, a responsabilidade de zelar pela comunidade e pela família no espaço público, através da participação política e da actividade laboral, respectivamente, e também na esfera internacional, nomeadamente através da mobilização militar. Pelo contrário, à mulher está reservada a tarefa de cuidar da esfera doméstica, espaço subordinado da arena pública.

Na sequência da masculinização da guerra e subsequente feminização da paz, as investigadoras feministas têm-se centrado na análise das guerras e dos seus impactos, a fim de desmontar a pretensa opacidade e homogeneidade da categoria ‘mulheres’, constatando os perigos de uma agenda de investigação para a paz imbuída de conceitos de violência, paz e segurança, também eles masculinos, redutores e auto-perpetuadores de uma ordem assente na desigualdade entre sexos. Segundo Caroline Moser e Fiona Clark, esta realidade encerra dois perigos: o primeiro relaciona-se com o posicionamento alheado, e já tradicional, dos investigadores e estudiosos em geral face às representações sociais dos sexos, e o outro prende-se com a percepção errada ou a estereotipificação dos papéis desempenhados por mulheres e homens durante o conflito, nos processos de paz e nas etapas de reabilitação pós-conflito (2001: 3).

Partindo da observação de que um dos factores estruturais e culturais das violências é o sistema patriarcal, e partindo da análise concreta das violências sofridas

¹ O patriarcado assenta em valores e pressupostos ligados a uma concepção de masculinidade hegemónica, não sendo correcto falar de valores masculinos por si só. A masculinidade, tal como a feminilidade, como ressalta Pettman, é uma construção social e cultural, não correspondendo por isso a dados universais intrínsecos. A noção de masculinidade subjacente e como que glorificada pelo sistema patriarcal é a dominante, pelo que este sistema não subalterniza apenas as mulheres e as características femininas, como também distingue entre masculinidade de ‘primeira classe’ e masculinidade de ‘segunda classe’ (Pettman, 1996: 94).

pelas mulheres, as feministas estabelecem um *continuum* entre os vários tipos de violências e injustiças existentes (*ibid.*: 31) (violência doméstica, armada, social, económica, etc.). Seguindo este entendimento de violências, as feministas não só questionam os conceitos tradicionais de guerra e paz, que encaram como artificiais e redutores, como também expõem as suas perversidades: eles negligenciam violências de ordem estrutural e cultural, que operam no longo-prazo e que estão na base de muitas das expressões violentas de larga-escala, naturalizando assim violências micro, sentidas na esfera interpessoal (não exclusivamente por mulheres, mas sobretudo por elas) e comuns a nível global, que constituem um dos eixos de alimentação de novas espirais de violência. Nas palavras de Cynthia Cockburn, “a desigualdade é a chave da violência. (...) Legitima a violência contra pessoas consideradas inúteis, conduzindo-as, por vezes, a recorrer elas próprias à violência para ganhar respeito e poder” (2001: 29).

Perfilhando esta linha de argumentação, algumas feministas têm contestado a separação analítica estabelecida entre contextos de guerra declarada e outras práticas violentas, como fenómenos de hiper-concentração territorial de violência armada em cenários mais amplos de paz formal, sublinhando o seu carácter construído e contraproducente (Pureza e Moura, 2005; Moura, 2005). Ao chamar a atenção para a proximidade e conexões que estas expressões de violência de ordem micro mantêm com os teatros de guerra convencionais a nível internacional, nomeadamente em termos de actores e vítimas da violência, factores de mobilização, estratégias de guerra e formas de financiamento, estas investigadoras desconstroem a base conceptual de análise da violência, superando o seu cariz dicotómico e excludente, e dão conta dos efeitos da sua inadequação em termos de formulação de alternativas à violência (Pureza e Moura, 2005: 56-57; Moura, 2005: 89-94).

Com base neste diagnóstico acerca da origem e disseminação das várias formas de violências, as feministas questionam a pertinência das respostas tradicionais de contenção das mesmas, materializadas no conceito de segurança tradicional/nacional. Face às concepções vigentes de segurança e paz, tributárias da influência da corrente realista de análise das Relações Internacionais, que estipulam como medida da segurança internacional a maximização do poder militar e económico, e subsequente garantia de auto-suficiência, as feministas denunciam a respectiva masculinização e o seu papel na perpetuação de inseguranças, sobretudo no que diz respeito ao apelo que fazem à militarização (Tickner, 1991: 27-29).

Partindo de pressupostos substancialmente diferentes, em particular a ideia de que o paradigma convencional de segurança constitui, em si, um factor produtor de inseguranças, especialmente ao nível individual, as perspectivas feministas propõem um conceito de segurança e paz abrangente, que transcenda o nível estatocêntrico tradicional e abrace uma perspectiva multidimensional (dimensões económica, social, cultural e militar) e multi-escalas (níveis macro, formal e micro, informal) (Tickner, 2001: 62), proporcional à expansão do conceito das violências. Este alargamento conceptual e, potencialmente, político, corresponde a uma tentativa de ruptura com a separação tradicional entre a violência pública e privada. Recusar o silenciamento das expressões privadas da violência contribui, de forma decisiva, para a visibilização das articulações existentes entre aqueles dois tipos de violências.

É no seguimento desta agenda de paz e segurança feministas que este texto se posiciona, procurando dar visibilidade, no meio de contextos de violências, a processos de construção de paz alternativos que, pelo seu carácter micro e pelo protagonismo que neles assumem as mulheres, tendem a ser marginalizados e silenciados. Neste sentido, vão ser analisados exemplos de activismo político protagonizado por mulheres em contextos de guerra e violência política ao longo da história que, apesar das suas especificidades históricas, geográficas, sócio-económicas, etc., constituem exemplos de localismos globalizados (Santos, 2004: 335).

Ao dar conta das múltiplas experiências vividas pelas mulheres e ao sublinhar que estas não se esgotam apenas no papel de vítima passiva ou de actor movido pela necessidade de sobrevivência imediata, esta perspectiva contribui para combater a retórica da universalidade das experiências femininas e suplantar os binómios hierárquicos, propostos pelo patriarcado, como modos de leitura da realidade, dos quais deriva a absolutização histórica do legado de vitimização das mulheres. Mais, esta diversidade de experiências comprova que a associação natural “mulheres-e-paz”, que condenava as suas iniciativas de resistência à marginalização, por serem tidas como determinadas biologicamente e não resultado de práticas conscientes de construção da paz, é falsa. A presença e destaque das mulheres em iniciativas de índole pacífica, não-violenta, é, na maioria das vezes, produto de uma escolha consciente, tomada e moldada pelo contacto com a guerra e a violência (Magallón, 2006: 6).

Adicionalmente, algumas feministas têm procurado problematizar a associação tradicional entre homem e guerra, desmascarando o seu carácter socialmente construído. Como frisa Judith Stiehm (2001: 228),

é muitas vezes tentador centrarmo-nos na violência (unilateral) que as mulheres sofrem dos homens. Mas os homens também fazem coisas terríveis uns aos outros, legalmente, ilegalmente ou extra-legalmente, portanto é necessário pôr a violência perpetrada contra os homens na agenda também.

2. Nem vulneráveis, nem invisíveis

Apesar do reconhecimento da pluralidade de atitudes e experiências das mulheres em contextos de guerra e de paz, é notório o seu protagonismo histórico enquanto sujeito colectivo a favor da paz.

As mulheres têm estado envolvidas em múltiplos esforços de oposição à guerra e políticas militaristas, como demonstram as iniciativas de criação da Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade no fim da I Guerra Mundial, o acampamento de mulheres pela paz de Greenham Common ou ainda a criação da rede internacional de Mulheres de Negro. Enquanto activistas pelos direitos humanos e militantes pela justiça e verdade, as mulheres têm também pressionado governos, facções em guerra e actores internacionais, procurando consciencializá-los para a importância do conhecimento histórico do alcance das violações de direitos humanos e necessidade de apuramento das responsabilidades, como nos demonstram os movimentos célebres de mães na América Latina e outras organizações inspiradas nestas, como a Frente das Mães do Sri Lanka e o Comité Russo das Mães de Soldados.

À luz destes contributos e partindo do reconhecimento das experiências específicas das mulheres em tempos de guerra e de paz, a visibilização destas iniciativas é não só pertinente como necessária. Igualmente necessário é falar destas iniciativas de mulheres usando o plural, ou seja, evitando um olhar universalista e essencialista sobre as mesmas. Os exemplos dos movimentos de resistência e militância liderados por mulheres, objecto de análise nas próximas páginas, têm matizes óbvios, que se prendem com os padrões da violência, factores geográficos, culturais, étnicos, religiosos e de classe.

Uma das características centrais às formas de organização e protesto das mulheres é a politização do domínio privado por parte de alguns movimentos de mulheres,

especialmente no contexto latino-americano.² Ou seja, a utilização dos papéis domésticos associados tradicionalmente às mulheres, do “capital moral” subjacente aos papéis de mãe e de esposa e patente no marianismo³ (Bull, 1998: 3) como estratégia, consciente ou inconsciente, de entrada na esfera pública. Encarando esta politização do privado como cristalizadora da divisão sexual de papéis sociais tradicional, os movimentos feministas do Norte, sobretudo norte-americanos e europeus, tendem a criticar e desvalorizar estas formas de associativismo, considerando-as não transformadoras (Elshtain, 1995: 544) ou não emancipatórias.

Enquanto que, em alguns casos, a apropriação dos papéis tradicionais das mulheres na esfera privada pode ser atribuída a fins meramente estratégicos, assegurando a possibilidade de penetração das fronteiras do espaço público e emprestando legitimidade e protecção a estes movimentos, estes discursos têm sido empregues em vários contextos, em particular na América Latina, como uma recusa consciente do feminismo “branco, ocidental e heterossexual” (Radcliffe e Westwood, 1993: 5). Em vez de pretender eliminar a maternidade como ponto de referência da construção da feminilidade, a utilização deliberada deste discurso tem como objectivo trazer a perspectiva feminina da maternidade para o sistema político, ou, nas palavras de Sara Howe, “criar um papel político para a maternidade” (2006: 47). Ao romper com o isolamento tradicional da casa e do espaço privado, estes grupos têm contribuído para desafiar o próprio significado da maternidade e do cuidado, contestando os estereótipos que definem as mulheres como apolíticas, passivas e pouco conscientes politicamente.

Além disso, apesar de muitos destes movimentos não terem sido planeados como estratégias de desafio e confrontação directa da subordinação das mulheres, a participação das mulheres nos mesmos pode converter-se em ganhos de auto-estima e conhecimento dos seus direitos. Neste sentido, a colectivização e politização das necessidades e experiências mais imediatas de algumas mulheres podem contribuir para uma maior consciência da sua subordinação, tornando-as mais receptivas a ideias feministas, e intervir na ‘redefinição’ do grupo e das suas aspirações, sobretudo se conseguirem captar o apoio de outros grupos sociais, como sindicatos, partidos

² Apesar de mais expressivo na América Latina, o uso político da maternidade não é, contudo, exclusivo deste contexto, nem do Sul em termos gerais. Como será explorado mais à frente, a politização da maternidade foi usada igualmente por movimentos de mulheres no Norte, nomeadamente no seio de movimentos anti-guerra, como no caso da organização *Women Strike for Peace*.

³ O marianismo corresponde ao contraponto do machismo, referindo-se a um estatuto moral superior das mulheres que tem raízes num conjunto de crenças e práticas associadas ao culto religioso da figura de Maria.

políticos, etc., e deste modo vierem a alargar o espectro de aceitação social do seu novo protagonismo (Safa, 1990: 367). Assim, ao politizar o domínio privado, as mulheres muitas vezes redefinem, mais do que rejeitam, o seu papel doméstico e alargam os seus horizontes de luta além da casa e da comunidade, consagrando um “uso alternativo da maternidade” (Moura, 2005: 92).

Cabe aqui questionar se, para além de contribuírem para a redefinição das suas próprias concepções identitárias, estas mulheres colaboram na transformação estrutural dos papéis sociais (nomeadamente na esfera privada), abrindo caminhos para a redefinição dos papéis masculinos (inclusive no que diz respeito à violência) e, conseqüentemente, produzindo novas mudanças na esfera pública. Seguindo esta linha de raciocínio, estas formas de protesto constituem recursos de paz igualmente importantes, que precisam de ser visibilizados e encorajados, e não silenciados, por mais micro que sejam.

Apesar da diversidade que encerram os movimentos liderados por mulheres, todos revelam um elemento comum: um património de experiências de marginalização histórica face aos centros de poder. O caminho político das margens para o centro, do espaço privado para o público, é assim conjuntamente feito a partir da experiência específica das mulheres nas sociedades patriarcais.

3. As mulheres e o movimento anti-guerra: de Haia a *Codepink*

Em vários momentos ao longo da história, as mulheres participaram em movimentos anti-guerra e privaram em círculos pacifistas, ainda que estas experiências sejam sobretudo conhecidas no contexto ocidental. Recentemente, a sua presença evidenciou-se no seio dos movimentos anti-guerra do século XX, com destaque para o período entre as guerras mundiais.

Um dos momentos mais reveladores desta realidade foi a criação do Partido de Mulheres pela Paz, mais tarde rebaptizado de Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade (WILPF), que, em Abril de 1915, em plena I Guerra Mundial, convocou o I Congresso Internacional de Mulheres pela Paz, a realizar-se em Haia. Apesar das dificuldades sentidas por algumas delegações em deslocarem-se, reuniram-se perto de mil mulheres em representação de 150 organizações de doze países, beligerantes e neutrais, em protesto contra a ‘loucura da guerra’ e empenhadas na elaboração de uma

estratégia de paz.⁴ A Liga Internacional mantém-se activa até aos dias de hoje, com uma estrutura mais burocratizada, tendo actualmente delegações em cerca de 40 países. Um dos seus trabalhos mais visíveis, para além de exercer pressão sobre governos e organismos internacionais como a ONU, é a gestão de um portal de notícias e recursos sobre organizações de mulheres activas na luta contra a guerra (www.peacewomen.org) (Cockburn, 2005: 2).

Inspiradas neste primeiro momento, e perante o período conturbado vivido entre guerras, outras iniciativas anti-guerra semelhantes despontaram, como a *War Resisters League*, em 1923, nos EUA, e a iniciativa europeia *Apelo das Mães*⁵ (Nordhaus, 1949) publicada no fim da II Guerra Mundial. A primeira, fundada por três mulheres, mas cujo estatuto de membro não era exclusivo de mulheres, destacou-se pela oposição total à guerra e pelo trabalho em prol dos objectores de consciência, tendo, já nos anos cinquenta, integrado o movimento pelos direitos civis e, nos anos sessenta, abraçado a causa anti-nuclear (Goldstein, 2003: 325). A segunda iniciativa, mais controversa, consistiu na publicação de um conjunto de ensaios subordinados ao tema do papel especial das mulheres na prevenção de conflitos, pondo a nu o debate entre posições essencialistas e construtivistas sobre identidades de género (Magallón, 2006: 59-60).

A “era dourada” da Guerra Fria, e sobretudo a recta final do confronto nuclear, em grande medida em virtude do adensar dos conflitos políticos internos e da feminização da pobreza no Sul, revelou, a Norte, a emergência do pacifismo anti-nuclear, reactivo, o progressivo alargamento da agenda das organizações de mulheres e a democratização da causa pacifista. Assistiu-se à inclusão de temas como os direitos humanos, a justiça social e a violência de género e à coexistência de iniciativas impulsionadas por organizações feministas, movimentos feministas pacifistas, e formas de associativismo centradas no papel social da maternidade. São expressões emblemáticas deste período as organizações *Women Strike for Peace* (1962) e o acampamento pela paz de Greenham Common (1981-2000).

O movimento anti-nuclear *Women Strike for Peace*, criado nos EUA, e composto maioritariamente por mulheres brancas, de classe média e casadas, foi, segundo um antigo conselheiro da administração Kennedy, em parte responsável pela elaboração e aprovação do tratado que banuiu os testes nucleares conduzidos na atmosfera, no espaço

⁴ Ver o sítio da *Women's International League for Peace and Freedom*: <<http://www.wilpf.int.ch/history/hindex.htm>>(acedido em 21-03-2008).

⁵ No original, ‘*Der Ruf der Mutter*’.

exterior e debaixo de água (1963) (Goldstein, 2003: 326). Com a escalada do conflito bipolar, este movimento vai também constituir-se em oposição à guerra do Vietname. As suas principais formas de acção e protesto incluíam marchas e protestos de rua, nas quais faziam uso da retórica e das imagens associadas tradicionalmente à mulher. Por exemplo, um dos argumentos invocados por elas na luta contra os testes nucleares atmosféricos era o de que uma das substâncias libertadas, Estrôncio 90, uma substância perigosa para a saúde, era encontrada com cada vez mais frequência no leite de mães em período de aleitação e no leite de vaca vendido comercialmente (Solnit, 2006).

Já nos anos oitenta, instigado pela decisão de instalar em território europeu mísseis nucleares norte-americanos e animado pelo desejo de desactivar a percepção de inimigo soviético, o movimento pacifista anti-nuclear avançou mais alguns passos, tendo como um dos seus momentos altos o cordão humano realizado pelas mulheres norte-americanas em torno das instalações do Pentágono, em protesto contra a colocação de mísseis de cruzeiro na Europa. Na senda desta iniciativa, foi organizada em Inglaterra, em 1981, uma acção de protesto por parte de um grupo de mulheres, intitulada “Women for Life on Earth Peace March”, cujo objectivo era marchar desde Cardiff até à base militar de Greenham Common, para protestar contra a decisão da NATO de aí instalar os mísseis de cruzeiro norte-americanos. A marcha tinha uma agenda dupla: expressar a oposição face à divisão da Europa e a ameaça nuclear, e lançar um debate nacional sobre a questão e a definição de segurança (Martínez e Sánchez, 2004: 515), sublinhando os perigos ambientais implícitos na estratégia militarista bipolar. As iniciativas de protesto arrastaram-se durante toda a década de 80, incluindo tentativas de perturbação dos trabalhos da base, a realização de cordões humanos à volta da base e, por fim, a criação do primeiro acampamento feminino de paz nos terrenos circundantes.⁶ Só em 2000, depois de o terreno da base, já desactivada, ser devolvido a Newbury como terreno comunal, é que o acampamento foi encerrado (Magallón, 2006: 66).

Outras expressões de activismo anti-guerra mais recentes, manifestas nos finais dos anos oitenta e noventa, incluem a formação do movimento Mulheres de Negro, actualmente constituído em rede internacional, e a criação da organização norte-americana *Codepink*, ambas com uma agenda semelhante, mas com um código de

⁶ Ver o sítio *Greenham Common: The Women's Peace Camp, 1980-2000*: <<http://www.iwm.org.uk/upload/package/22/greenham/protest.htm>> (acedido em 21-03-2008).

acção e apelo estético-simbólico substancialmente diferente. A braços com a ocupação israelita dos territórios palestinianos, em 1988, um grupo de mulheres israelitas pacifistas, com o apoio de mulheres europeias, norte-americanas e palestinianas, constituiu o grupo Mulheres de Negro. Na visão destas mulheres, mais do que protestar contra a opressão palestiniana e verbalizar o seu sofrimento, era necessário erguer pontes entre as comunidades divididas.

A actividade central das Mulheres de Negro israelitas, comum às práticas de outros grupos de Mulheres de Negro que se seguiram, era uma manifestação semanal, realizada todas as sextas-feiras, durante uma hora, das 13h as 14h, em locais fixos em Israel, ritual cumprido durante os seus seis anos de existência (Helman, 1999: 307). As participantes, exclusivamente mulheres e maioritariamente representativas das classes médias, e sobretudo da comunidade Ashkenazi (judeus de origem centro-europeia), manifestavam-se sempre em silêncio, envergando trajes pretos e fazendo-se acompanhar de um cartaz com a mensagem “Fim à ocupação”. Escusado será dizer que as reacções locais às Mulheres de Negro foram bastante negativas, dado o desafio que constituíam à exclusividade de acção masculina no domínio público e a radicalidade da sua proposta de igualdade moral do sofrimento palestiniano e israelita.

Em 1994, em virtude do início do processo de paz de Oslo, as Mulheres de Negro fizeram uma pausa na sua actividade política, tendo retomado a prática das vigílias semanais anos mais tarde, quando se tornou evidente o fracasso do plano.

Na opinião de Erella Shadmi, contudo, as expectativas criadas em redor das Mulheres de Negro, nomeadamente com a liberdade de associação de qualquer mulher ao movimento e a sua prática de tomada de decisões através do consenso, foram, em certa medida, frustradas, devido à estrutura dirigente da organização, não formalizada, mas existente *de facto*, e à sua composição dominante em termos étnicos e de classe (2000: 29-31). Apesar de não premeditado, na prática apenas um grupo reduzido de mulheres representavam a organização em termos oficiais, perante os media ou agentes políticos, tendo poder para definir a agenda interna e mediática da organização. Além disso, pese embora a organização funcionar de forma aberta a todas as mulheres, o uso recorrente de linguagem técnica, específica do feminismo, e a pouca sensibilidade e atenção para com a realidade vivida pelas mulheres árabes a viver no território israelita traduziu-se numa exclusão tácita das mulheres de outras etnias e classes sociais (*ibid.*).

Apesar destas limitações, e não obstante o cariz simples e ritualista das suas iniciativas, a acção das Mulheres de Negro foi tomada como referência para outros movimentos, tendo-se criado a rede internacional Mulheres de Negro que engloba grupos de mulheres italianas, espanholas, japonesas, sérvias, colombianas, entre outras, atestando o protagonismo e impacto que um grupo pode adquirir por meio de estratégias criativas e apresentação de opções de convivência alternativas. Esta rede internacional existe sem qualquer tipo de estrutura dirigente, quadro de pessoal ou órgãos administrativos. Como é descrito no sítio de Internet, “as Mulheres de Negro são mais uma forma de mobilização e fórmula de acção”⁷ do que uma organização, estando apenas ligadas, desde 2003, por um servidor de e-mail, o WIBcomm. Além desta ligação virtual, a rede organiza, desde a sua fundação, em 1992, vários encontros internacionais, que constituem fóruns de discussão e plataformas de intercâmbio de experiências entre vários grupos de mulheres dentro da rede e outros grupos participantes convidados.

Um dos grupos mais conhecidos da rede são as Mulheres de Negro da ex-Jugoslávia, fundadas em 1991, em Belgrado, no início do desmoronamento da estrutura federal jugoslava. Constituídas por mulheres de várias repúblicas, nomeadamente da Croácia, Bósnia e Sérvia, destacaram-se pelo estabelecimento de iniciativas de apoio humanitário para com os diferentes povos em guerra, o encorajamento à deserção de militares de vários lados do conflito e auxílio prestado aos prisioneiros políticos (Magallón, 1994: 72). Mesmo depois do fim das guerras nos Balcãs e da deposição dos regimes nacionalistas, o grupo permaneceu activo, prosseguindo com as suas acções de protesto perante os resquícios e sequelas de nacionalismo, ainda patentes na região, tendo organizado petições para o reconhecimento do direito de objecção de consciência na Sérvia e promovido *workshops* itinerantes para mulheres em várias localidades da Sérvia e Montenegro.⁸

Outra das organizações anti-guerra que tem vindo a assumir destaque à escala internacional é a *Codepink*, uma rede internacional de mulheres e homens, criada no pós 11 de Setembro por Medea Benjamin, Starhawk e outras mulheres norte-americanas, partilhando entre si a recusa da deriva patriótica belicista, liderada pela administração Bush. O nome da organização, *Codepink*, pretende brincar com o sistema de segurança

⁷ Ver o sítio da *Women In Black. For Justice, Against War*: <<http://www.womeninblack.org/about.html>> (acedido em 17-03-2008).

⁸ Ver o sítio da *Women In Black*, secção Zene u Crnom: <<http://wib.matriz.net/>> (acedido em 17-03-2008).

interna implementado pela administração Bush, que atribui a cada nível de ameaça terrorista uma cor diferente (Cockburn, 2005: 5).

Esta plataforma⁹ depende, em termos organizacionais, quase exclusivamente do seu sítio de Internet, que põe em contacto a rede de grupos locais espalhadas pelo espaço norte-americano, que ultrapassam já os 250, e serve de veículo de disseminação de *merchandising*, dicas de organização, e informação sobre campanhas nacionais e iniciativas especiais.

O balanço do movimento *Codepink* é ainda difícil de fazer, dada a sua novidade. No entanto, o alargamento das suas áreas de interesse, que passaram a incluir recentemente questões como a promoção do voto e do recenseamento eleitoral e o apoio a meios de comunicação alternativos, o renovar do seu comprometimento com a recusa de uma política externa agressiva e ilegítima, patente no discurso das suas delegações em visitas aos territórios ocupados da Palestina, à Birmânia, ao Iraque e à Coreia do Norte, e nas actividades por elas apoiadas, em especial o Centro Internacional de Observação da Ocupação, em Bagdad, e a expansão da sua base de apoio parecem constituir bons indícios.

De acordo com os exemplos apresentados, as mulheres, enquanto força colectiva da sociedade, têm-se feito notar ao longo do tempo, em movimentos sociais contra a guerra e contra opções militaristas dos estados, sob modelos distintos de mobilização, que variam desde o apelo da ideologia feminista ao uso consciente da maternidade; diferentes modos de organização, do mais centralizado e burocratizado ao mais informal; e estratégias de acção diferenciadas, oscilando entre o mais tradicional e o mais arrojado. Todavia, as expressões de feminismo pacifista anti-militarista, de Haia a *Codepink*, tendem a ser ainda maioritariamente dominadas pelas experiências das mulheres brancas, heterossexuais, de classe média-alta (Vellacot, 1993: 38-39; Mellor, 2000: 60-62; Shadmi, 2000: 23-24).

⁹ Num primeiro momento apenas activa no contexto norte-americano, a sua agenda e métodos de acção têm vindo a disseminar-se no continente americano. As suas estratégias de acção mais visíveis, além do trabalho de informação e sensibilização feito *online*, variam desde formas convencionais de contestação, como a realização de marchas e vigílias de protesto, de que são exemplo a marcha no Dia Internacional da Mulher, que teve lugar em 2003 em Washington, e a vigília contínua, realizada à porta da Casa Branca, em 2003, que durou quatro meses, até métodos de acção mais arrojados e originais, como as iniciativas de contra-recrutamento, levadas a cabo em escolas, concertos e centros militares de recrutamento, e a campanha "*Pink slip*" (roupa interior cor-de-rosa), que consiste no envio de peças de *lingerie* rosa a todos os representantes políticos, nomeadamente congressistas e membros do governo, que não estejam a representar os interesses dos americanos.

4. Sobreviver à perda e à violência: ativismo em prol dos Direitos Humanos, Memória e Reconciliação

A par de iniciativas de defesa de soluções negociadas para conflitos armados tradicionais e de minimização dos efeitos da guerra, grupos de mulheres têm-se destacado nos campos da luta contra a impunidade, defesa dos direitos humanos e reconciliação, fazendo-se notar sobretudo na América Latina.

Submersos num passado de guerra civil, repressão estatal, impunidade e pobreza, países como a Argentina, o Chile, a Guatemala e El Salvador viram despontar movimentos de mães, avós e viúvas, na sua maioria provenientes da classe média-baixa, sem qualquer experiência política, empenhados na luta contra a impunidade, a favor da justiça social, da memória histórica e da reconciliação nacional, como as Mães da Praça de Maio, a Associação de Familiares do Chile, o Comité Nacional de Viúvas da Guatemala (CONAVIGUA) e o Comité das Mães dos desaparecidos salvadoreños (CoMadres). A vivência da guerra, apesar de traumática, sobretudo em contextos nos quais a violência contra as mulheres foi uma característica dominante, como no caso da Guatemala, não impediu as mulheres de se organizarem em grupos sociais e de participarem em protestos, liderarem pedidos judiciais ou campanhas de exigência de apuramento da verdade. Em muitos casos, como é demonstrado nos relatos de várias activistas,¹⁰ foram a própria experiência das violências (física, psicológica, social e económica) e os sentimentos de perda e dor que impulsionaram as mulheres para a participação política.

Como sublinha Jennifer Schirmer, a prática dos desaparecimentos, tornada comum nos regimes repressivos, constituía, aos olhos destes regimes, o crime perfeito: era difícil provar a sua autoria, negava o estatuto de vítima ao desaparecido por essa mesma razão e tornava impossível o cumprimento de um processo de luto por parte dos familiares do desaparecido (Schirmer, 1989: 3). Por todas estas razões, parecia ser um instrumento de controlo social irrepreensível, instigando um clima de suspeição e terror entre a população, frustrando assim as possibilidades de organização de formas

¹⁰ A título de exemplo, Fanny Bendersky, activista das Mães da Praça de Maio, declarou que “os momentos dramáticos vividos, os medos e as dúvidas as tinham unido e juntas sentiam-se fortes, muito fortes” (tradução livre, retirada de Peluffo, 2007: 80). Guadalupe, membro da direcção da CONAVIGUA, testemunhou o seguinte: “Nós não sabíamos o que fazer [depois dos massacres de 1982], nós não conseguíamos cozinhar, comer, as nossas crianças choravam de fome e medo. [Mas] acabámos por perceber que tínhamos ficado com a responsabilidade total de cuidar da família, de alimentar os nossos filhos, além de lidar com a nossa própria dor” (tradução livre, retirada de Schirmer, 1993: 30).

colectivas de resistência. Na realidade, contudo, a incerteza sobre o paradeiro dos desaparecidos foi transformada em esperança e traduzida em móbil de protesto por parte de várias associações de familiares de desaparecidos criadas neste contextos, não exclusivamente femininas, mas na sua maioria impulsionadas por mulheres.

A organização Mães da Praça de Maio, principal percursora do movimento de “maternidade militante” (Magallón, 2006: 132), foi constituída em 1977, em pleno regime militar, por um grupo de mulheres de meia-idade e, na sua maioria, donas de casa, que se começou a reunir regularmente na Praça de Maio, o centro governamental argentino, para partilhar entre si informação sobre o paradeiro dos seus filhos e protestar contra o seu desaparecimento. Unidas pela perda, as Mães converteram-se num grupo de activistas em defesa dos direitos humanos, marchando semanalmente, em silêncio, acompanhadas por velas, fotografias dos seus filhos e outros objectos pessoais, como os lenços brancos bordados com os nomes dos desaparecidos e reivindicando a verdade e a responsabilização judicial dos desaparecimentos, naquelas que foram as primeiras manifestações públicas realizadas contra a ditadura (Bejarano, 2002: 132). Apesar de inicialmente gozarem de liberdade de expressão na esfera pública, dado o seu sucesso ao apresentarem-se como apolíticas e não-violentas, nomeadamente através do recurso a símbolos associados à maternidade e à religião, como os lenços e as velas, por exemplo, com o passar do tempo as Mães converteram-se também elas em alvos do regime, tendo muitas das activistas desaparecido, como sucedeu com a fundadora Azucena de Vicenti (*ibid.*: 143).

Em traços gerais, o trabalho de procura da verdade assumiu essencialmente duas estratégias: as manifestações de protesto, endereçadas aos governantes e representantes políticos nacionais, e a constituição de contactos internacionais, nomeadamente com organizações de direitos humanos como o Comité Internacional da Cruz Vermelha e o Conselho Mundial das Igrejas, e organismos políticos internacionais, como a ONU e a Organização de Estados Americanos (OEA), tendo em vista a divulgação da realidade de abusos de direitos humanos vivida na Argentina. Além das marchas semanais, uma das iniciativas de protesto que lhes conferiu grande visibilidade nacional foi a criação do seu próprio jornal, intitulado *Las Madres de Plaza de Mayo*, onde divulgavam as suas actividades e reivindicações (Schirmer, 1989: 5).

Na luta pela justiça, as Mães manifestaram-se desde sempre contra a concessão de uma amnistia geral para os crimes cometidos durante o conflito armado, defendendo a

necessidade de preservação da memória do passado. No que diz respeito às reparações das vítimas, questão intimamente relacionada com a da justiça, as Mães pressionaram o governo para a aprovação de um estatuto que reconhecesse a figura do desaparecido e instituisse direitos de ressarcimento dos danos, a serem atribuídos aos familiares dos desaparecidos. Esta reivindicação foi, contudo, controversa, tendo exacerbado tensões dentro do movimento das mães, e contribuído para a sua cisão, em 1986, dando origem à Associação de Mães da Praça de Maio, liderada por Hebe de Bonafini, e à Linha Fundadora. Para Bonafini, receber uma indemnização por parte de um governo sem que o processo de apuramento de responsabilidades estivesse completo era uma forma de prostituição e de traição (Peluffo, 2007: 91-92).

Pese embora a cisão do movimento e as dificuldades sentidas na condução das suas iniciativas, as actividades das Mães representa(ra)m formas pioneiras de construção de culturas de resistência, que têm servido de inspiração a outros grupos de defesa dos direitos humanos. A Associação de Familiares de Presos e Desaparecidos chilenos, iniciativa de um grupo de treze mães, formou-se oficialmente em 1974, um ano após o início do regime militar de Pinochet e seguiu a linha da maternidade militante celebrizada pelas Mães da Praça de Maio, sua contemporânea. Além de partilharem objectivos comuns, como a busca da verdade e a responsabilização judicial pelos actos políticos violentos cometidos pelos regimes ditatoriais, estas mulheres, assim como as mães argentinas, provinham maioritariamente das camadas mais baixas da classe média e não tinham qualquer experiência anterior de organização política.

À semelhança das Mães argentinas, as mães chilenas também vão fazer uso de símbolos relacionados com o catolicismo e com a maternidade para poderem entrar e fazer-se notar na esfera pública, socorrendo-se de hinos religiosos, velas e objectos pessoais dos seus familiares. Neste campo, as celebrações eucarísticas dedicadas à memória dos desaparecidos eram uma prática comum (Waylen, 1992: 303). As suas principais formas de activismo político transcenderam, todavia, a influência das mães argentinas. Apesar de organizarem várias formas de protesto semelhantes às das suas congéneres argentinas, tais como marchas, greves de fome e cerimónias públicas de luto, as mulheres chilenas centraram a actividade de denúncia de violação de direitos humanos na confecção de tapetes artesanais, sendo que esta prática não era comum na história do país (Krause, 2004: 371). Na tentativa de dar a conhecer a gravidade da

situação interna do país, a Associação realizou ainda vários contactos internacionais, tendo enviado a sua primeira delegação em 1977 à sede da ONU, em Nova Iorque.

No advento da assinatura da lei da amnistia em 19 de Abril de 1978, a organização desdobrou-se em manifestações, publicações na imprensa e contactos internacionais, advogando a criação de uma comissão de verdade e reconciliação como solução intermédia do problema da impunidade. Em 1985, como forma de exercer pressão pública sobre o poder político, a organização compilou em livro testemunhos de vários familiares de desaparecidos, incluindo detalhes sobre o seu desaparecimento, fotografias e poemas (Waylen, 1992: 304).

Em 1991, por ocasião da divulgação do relatório Rettig, produto da comissão de verdade criada para investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1973 e 1990, a organização emitiu várias declarações públicas, reconhecendo o contributo do relatório na oficialização da verdade e no reconhecimento do papel do Estado, criticando no entanto as suas maiores lacunas, nomeadamente a restrição da investigação a casos de assassinato, tendo excluído os casos de tortura e desaparecimento, e a recusa de publicar os nomes dos responsáveis pelas mortes, torturas e desaparecimentos.¹¹ As iniciativas de campanha pela anulação da lei de amnistia prolongaram-se durante os anos noventa, com a realização de marchas nacionais e acções de protesto junto de entidades oficiais, culminado em 1995 com a apresentação de uma proposta de lei para a paz e reconciliação.¹² A organização mantém-se activa até aos dias de hoje, tendo apresentado em 2005 uma nova proposta de revogação da lei de amnistia, entretanto alterada.

Na linha destas primeiras iniciativas de militância surgiram outras, já nos anos oitenta, como a organização guatemalteca CONAVIGUA e a salvadorenha CoMadres. A organização guatemalteca CONAVIGUA, composta maioritariamente por mulheres indígenas, sobretudo viúvas e familiares de desaparecidos, foi criada já nos anos oitenta, em resposta ao clima de violência disseminada vivida no país, e que atingia sobretudo as populações indígenas. As suas principais esferas de acção podem resumir-se ao protesto contra os desaparecimentos forçados; à prestação de assistência a vítimas e a famílias de desaparecidos e à reivindicação da verdade, intimamente ligada com as

¹¹ Muitas das declarações estão disponíveis no sítio da Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, secção “Notícias”: <<http://www.afdd.cl>> (acedido em 28-03-2008).

¹² Para ler a proposta na íntegra, aceda ao sítio da Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, secção “História”: <<http://www.afdd.cl>> (acedido em 28-03-2008).

exigências de apuramento de responsabilidades. Os objectivos mais amplos da organização residem na defesa do indigenismo e na promoção dos direitos das mulheres, nomeadamente através de iniciativas de consciencialização para os direitos reprodutivos das mulheres e denúncia da exploração do trabalho feminino nas *fincas* (Delpino, 1997: 30). O trabalho da organização no âmbito da procura da verdade tem sido feito em duas frentes: os protestos e vigílias de rua, e a divulgação da realidade guatemalteca a nível internacional, à semelhança das organizadas pelas Mães argentinas e chilenas.¹³

No campo da exigência de justiça, a CONAVIGUA, juntamente com outros movimentos sociais, manifestou-se desde sempre contra a criação de uma amnistia geral para os crimes cometidos durante o conflito armado, defendendo soluções de confronto com o passado que articulassem a descoberta da verdade com a garantia de justiça para com as vítimas, como a instituição de uma Comissão de Verdade. No seguimento da promulgação do decreto da Lei Nacional de Reconciliação, em 1997, que instituiu uma amnistia, ainda que apenas parcial, abrangendo apenas os actos criminosos cometidos no período de 1960 a 1996 e excluindo do seu âmbito massacres, genocídios, torturas e desaparecimentos forçados, Rosalyn Tuyuc, membro da direcção da CONAVIGUA, afirmou numa entrevista que “[A] reconciliação não se faz por meio de amnistias, do encobrimento da verdade, mas sim através da partilha da verdade, da disseminação dessa verdade e da responsabilização” (Delpino, 1997: 31). Neste sentido, a organização tem preparado iniciativas de assistência jurídica para as vítimas, bem como aulas de espanhol (a língua oficial da justiça na Guatemala), no caso de quererem interpor recurso aos pedidos de amnistia (Schirmer, 1993: 54-55). Finalmente, no campo da dignificação das vítimas, a CONAVIGUA tem apelado a iniciativas governamentais que preencham essa lacuna por via do protesto e tem-se dedicado também a ajudar outras organizações como a Grupo de Apoio de Mútuo (GAM), por exemplo, a procederem a exumações em várias aldeias e também, novamente em parceria com outras organizações, como a Fundação Rigoberta Menchú e a Igreja Católica, sobretudo

¹³ A primeira vigília de protesto organizada pelo movimento teve lugar em El Quiche, em 1988. A função de difundir internacionalmente a realidade interna da Guatemala foi visível, por exemplo, com a participação da CONAVIGUA em 1984 nos Encontros Interamericanos subordinados ao papel da Mulher na América Latina e, posteriormente, com a participação no Comité de Preparação para a Conferência de Pequim, de 1995 (Schirmer, 1993: 53).

através da ODHAG, organizando grupos de assistência psicológica para as vítimas (Solís, 1999: 122).¹⁴

A CoMadres, comité de mães e familiares de prisioneiros, desaparecidos e mortos políticos de El Salvador, foi criada em 1977, por um grupo de mulheres, na sua maioria mães, de origem rural, movidas pelo desejo de encontrar os seus familiares, alvos da guerra civil que se arrastou durante mais de duas décadas e que opôs a Frente Faribundo Martí de Liberación Nacional (FMLN) e as forças de sucessivos governos ditatoriais de direita, marcada por uma participação feminina significativa nas fileiras da Frente (Ibáñez, 2001: 18).

Contando com o apoio do arceprelado, sobretudo do bispo Óscar Romero, mentor da iniciativa, e a ajuda administrativa e financeira de outras mulheres, que se mantiveram na retaguarda do movimento, as CoMadres começaram a organizar-se e a planear as suas iniciativas.¹⁵ A sua primeira iniciativa foi uma ronda semanal de visitas a prisioneiros por todo o país, com o objectivo de reunir informação sobre os pormenores da sua prisão e procurar eventuais pistas sobre o paradeiro de alguns desaparecidos (Shayne, 1999: 92). Animadas com o seu sucesso, as activistas começam a alargar o âmbito das suas áreas de actuação, dando início a investigações em cemitérios clandestinos, procurando documentar as violações sobre os corpos aí enterrados. Além das actividades de documentação do passado, as CoMadres organizaram petições exigindo a libertação dos prisioneiros políticos e a actualização das listas oficiais das vítimas do regime, e puseram em marcha formas de pressão sobre representantes políticos, defendendo a criação de mecanismos de apuramento de responsabilidades das violações cometidas e o estabelecimento de formas de dignificação das vítimas, compreendendo as suas dimensões mais simbólicas, como a construção de memoriais para as vítimas da repressão, bem como formas de reconhecimento mais materiais, como a instituição de reparações monetárias e sociais

¹⁴ Patente em todas as suas iniciativas está, à semelhança dos outros movimentos de mães apresentados, um universo discursivo e simbólico com raízes na tradição católica, notório na prática de vigílias, cerimónias públicas de luto e recurso a formas teatralizadas de manifestação. Para além desta ligação simbólica, existem relações efectivas de cooperação entre a organização e organismos religiosos, como foi referido no que diz respeito à assistência psicossocial

¹⁵ É importante sublinhar que, apesar de não terem experiência política significativa, muitas das activistas das CoMadres estavam envolvidas em redes de organização comunitária de inspiração cristã, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), tendo já uma bagagem organizativa e de liderança significativa, especialmente no que diz respeito à gestão de cooperativas de artesanato, refeitórios comunitários (*comedores*), etc. (Schirmer, 1993: 36).

para os familiares das vítimas.¹⁶ Outro dos campos de acção da CoMadres foi a prestação de ajuda humanitária a presos e refugiados e o estabelecimento de centros de saúde e infantários a nível comunitário. Neste aspecto foi particularmente inovadora a criação de aulas de puericultura para pais e a organização de *workshops* artesanais, em especial de costura, que ofereceram possibilidades de formação para as mulheres, garantindo-lhes novas oportunidades de subsistência (Schirmer, 1993: 45-46). À semelhança da organização CONAVIGUA, uma das outras áreas de atenção das activistas foi a prestação de aconselhamento jurídico aos familiares das vítimas e a oferta de oportunidades de aprendizagem jurídica, política e linguística às activistas da organização e outras mulheres que assim o desejassem.¹⁷

A projecção da feminilidade constituiu um factor apelativo importante para outros segmentos marginalizados da população, como as mães dos combatentes mobilizados e organizações indígenas, traduzindo-se igualmente num elemento atractivo para as figuras políticas do regime, pelo menos numa fase inicial, que encaravam as CoMadres apenas como uma “organização de mães sofridas” (Shayne, 1999: 92).

As suas acções mais comuns incluem a organização de vigílias e marchas de protesto em diferentes localidades, sobretudo junto a edifícios governamentais, imitando o *modus operandi* das Mães argentinas e chilenas no que diz respeito à indumentária e aos ícones. Outras das actividades centrais de disseminação de informação consiste na produção de panfletos de informação, distribuídos em locais públicos como mercados e igrejas, e na gestão de uma estação de rádio própria, onde são divulgadas informações sobre actos violentos, se acompanhavam iniciativas de negociação oficial e se noticiavam actividades de resistência local (Schirmer, 1993: 33).

Relativamente às estruturas de organização e funcionamento, a CoMadres pauta-se pela horizontalidade e informalidade. Um exemplo elucidativo destas características é a sua capacidade de recuperação face a ataques a escritórios e sede, habituais durante os anos oitenta, coincidindo com a internacionalização do movimento e o aumento da repressão exercida sobre os civis.¹⁸

¹⁶ Ver o sítio da CoMadres, secção “História”: <http://www.comadres.org/main_english.html> (acedido em 28-03-2008).

¹⁷ Além de partilharem os mesmos objectivos dos grupos de mães referidos anteriormente, as CoMadres partilhavam igualmente factores de mobilização, metodologias de acção e estruturas de organização bastante semelhantes.

¹⁸ Maria Teresa Tula, uma das dirigentes da CoMadres, é bastante explícita a este nível numa das suas entrevistas, chamando a atenção para o recrudescimento da repressão sobre as activistas durante a década de oitenta, nomeadamente de cariz sexual, e a capacidade da organização em manter em marcha as

Depois da assinatura da paz em 1992, as CoMadres continuaram o seu trabalho, ainda que sentindo maiores dificuldades financeiras devido à diminuição das fontes de financiamento estrangeiro, dedicando-se à condução de um censo nacional de vítimas e familiares de desaparecidos e assassinados, ao apoio das actividades da Comissão de Verdade mandatada pelas Nações Unidas e a realização de actividades no âmbito da educação para os direitos humanos. Recentemente, a organização tem também colaborado com outras organizações de defesa dos direitos humanos a nível internacional, dando o seu testemunho de luta contra a impunidade e defesa da relação umbilical existente entre segurança e justiça social¹⁹.

As duas últimas experiências são, até certo ponto, reveladoras de um tipo de activismo que é transversal a fronteiras étnicas e de classe e que alia directa e explicitamente as exigências de respeito pelos direitos humanos em geral às necessidades de respeito pelos direitos humanos das mulheres, enquanto que as outras organizações apresentadas não o reconhecem tão directamente. Isto pode dever-se ao carácter eminentemente sexuado da violência na América Central, se comparado com os casos argentino e chileno. Por outro lado, existem elementos comuns a todas as organizações que vão além da similitude de objectivos, estratégias de acção e formas de organização, prendendo-se nomeadamente com a ruptura com a imagem de passividade e vitimização das mulheres e o reconhecimento de que a protecção física e cultural face aos regimes repressivos se faz, em parte, através de uma maior literacia política, legal e linguística.

Inspiradas pelo sucesso das mães latino-americanas e impelidas pela identificação com os seus discursos e estratégias de acção, outros grupos de mães activistas começaram a proliferar, como as Frentes das Mães, no Sri Lanka, reivindicando os corpos dos seus filhos e a verdade da guerra, e o Comité das mães de soldados na Rússia, em defesa dos direitos dos soldados e em desafio directo à guerra na Chechénia.

Como é notório a partir dos exemplos de activismo enumerados, as mulheres, e em especial as mães, desempenha(ra)m um papel crucial no processo de confronto com o passado, na defesa do respeito pelos direitos humanos, na luta pela justiça e reconciliação nacional, abrindo caminho para a intervenção de outros grupos.

actividades planeadas devido à sua estrutura descentralizada (Kennedy, 2000). Apesar de este ser um conflito que contou com um dos maiores índices de participação de mulheres em combate, foi, aparentemente de forma paradoxal, um dos mais sexualizados em termos de violência, sendo a violação uma arma de guerra comum.

¹⁹ Ver sítio da CoMadres, secção “Depois da guerra”: <http://www.comadres.org/main_english.html> (acedido em 28-03-2008).

Estas experiências de militância política demonstram não só que se deve questionar o binómio que associa a mulher à passividade, como demonstram que as mulheres são agentes sociais e políticos que se envolvem directamente nas várias facetas e exigências da construção da paz e prevenção da violência, ainda que sob formas diversas de organização e diferentes metodologias de acção. Como afirma Carmén Magallón Portolés, “a imagem das mulheres como vítimas é paralisante e não faz justiça à diversidade, riqueza e protagonismo dos grupos de mulheres que se opõem à guerra e se apoiam na solidariedade mútua para oferecer visões alternativas da realidade” (2001: 27).

Os exemplos de activismo político passados em revista encerram em si varias limitações, que foram sendo sublinhadas relativamente a cada organização, nomeadamente no que diz respeito à sua base de apoio, coesão, modelo de organização, extensão da agenda, estratégias de acção e ligações com outros actores políticos. Não obstante, constituem, na nossa opinião, importantes reservatórios de experiências, estratégias e metodologias de acção, que podem ser aproveitados e adaptados, de certa forma, por outros movimentos de reivindicação em contextos de violência armada disseminada, como no caso do Brasil.

5. Os movimentos de mães no Brasil: os pequenos grandes passos

O Brasil é actualmente um dos países mais violentos do mundo, com índices de mortalidade armada semelhantes a muitos cenários de guerra, tendo contabilizado em 2002 cerca de 22 mortes por 100 mil habitantes (Fernandes, 2005: 16). Na cidade do Rio de Janeiro, e segundo dados do Instituto de Segurança Pública, só no ano de 2005 a polícia foi responsável pela morte de mais de mil civis (Lira, 2007). As chacinas e execuções sumárias, com origens no período da ditadura militar,²⁰ constituem expressões extremas, visíveis e frequentes, até aos dias de hoje, da violência armada no Rio de Janeiro. E se, no passado, constituíram, nas palavras de José Cláudio Souza Alves (2006: 16), a referência de demarcação da fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, separando a cidade do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, actualmente, disseminam-se territorialmente, fugindo dos seus limites espaciais e passando a fazer

²⁰ Quando se formaram os grupos de extermínio, na Baixada Fluminense, com a participação directa e indirecta de agentes policiais e o aval de comerciantes, empresários e grupos políticos locais (Alves, 2006).

parte da realidade carioca. E a esta disseminação geográfica corresponde à disseminação da destruição e ruptura de laços e de outras vidas.

Segundo dados de uma pesquisa recente (Soares *et al.*, 2006) estima-se que entre 1979 e 2000, cerca de 300 a 600 mil pessoas tenham sobrevivido à violência, no Rio de Janeiro. Ou seja, a violência armada marca, de forma diferenciada, a vida da população, e vai muito além de estatísticas oficiais sobre mortes e ferimentos com armas de fogo, reveladores dos impactos mais directos dessa violência. Nas espirais e *continuums* da violência armada que se manifestam internacionalmente e que se expressam de forma localizada no Rio de Janeiro, aquele(a) que morre não constitui a única vítima (Moura, 2007).

Trata-se sobretudo de familiares e amigos de vítimas directas da violência, que sofrem impactos diferenciados ao nível físico, psicológico, social e económico. Para além do trauma de perder um ente querido e de viver quotidianamente com a violência e os seus efeitos, estes sobreviventes, ou melhor, estas sobreviventes (uma vez que são as mães, irmãs e companheiras de vítimas e mais raramente pais, irmãos e companheiros que se dedicam a esta tarefa) têm ainda de enfrentar a inoperância do sistema judicial e a inexistência de redes de instituições sociais de apoio.

Passar para o papel as histórias, as experiências, os lutos e as lutas destas mulheres não é fácil. E considerá-las exemplos de *impactos indirectos* da violência armada tem contribuído para legitimar a sua invisibilização. Estes impactos, que decorrem da morte e da perda de entes queridos, que são vividos muitas vezes em silêncio e que são difíceis de nomear, afectam, de forma bem directa, a vida de quem fica e tenta lidar com a perda. Ignorá-los e subalternizá-los significa perpetuar, perante a ausência de respostas, ciclos de violências.

Perante este cenário, têm vindo a emergir, no Rio de Janeiro, associações e grupos de familiares de vítimas da violência armada, sobretudo grupos de mães, que procuram, inicialmente de modo individual, e posteriormente em termos colectivos, dar resposta às suas necessidades, sobretudo no campo da luta contra a impunidade. À semelhança de outros contextos de violência aberta e disseminada, como os cenários de violência política nos anos oitenta na América Latina, mas também em países como a Federação Russa e o Sri Lanka, familiares de vítimas de chacinas levadas a cabo por forças policiais, como a de Acari em 1990, Vigário Geral em 1993, Candelária, Borel em 2003, Via-Show, entre outras, têm-se organizado, constituindo grupos como as Mães de Acari, as Mães de Vigário Geral, Mães do Borel e as Mães do Rio. Estes grupos, mais

ou menos organizados, têm conduzido pesquisas, apresentado queixas, acompanhando a evolução dos inquéritos policiais e dos procedimentos judiciais.

O grupo de mães e familiares sobreviventes das chacinas do Rio de Janeiro com que temos trabalhado²¹ é um exemplo desta militância colectiva. Tal como as mães argentinas, salvadorenhas e guatemaltecas, estas mães enfrentam uma situação grave de desarticulação familiar, apresentam dificuldades financeiras e lidam com um desgaste emocional e social associado ao estigma de ‘mãe de bandido’, com peso semelhante ao rótulo de ‘subversivo’, comum nos contextos de violência política explorados anteriormente. De forma também semelhante, o luto destas mulheres, a sua experiência subjectiva da violência, transformou-se, num primeiro momento espontaneamente, em desejo de luta. Os objectivos das suas lutas, designadamente a procura de justiça, dignidade e memória, são também comuns. Tendo em conta estas afinidades, a análise de outras experiências de activismo pode ser útil na formulação de estratégias e metodologias de acção.

De facto, pese embora as semelhanças ao nível de protagonismo, impactos da violência e objectivos de luta, os grupos de sobreviventes no contexto do Rio de Janeiro encontram-se numa fase ainda muito incipiente no que diz respeito à sua politização.²² Não obstante existirem iniciativas planeadas e coordenadas colectivamente, das quais as manifestações públicas e o acompanhamento de processos judiciais são as expressões mais visíveis, existem várias fragilidades no que diz respeito, por exemplo, à exigência conjunta de políticas públicas coerentes com a luta contra a impunidade e o abuso da actuação policial. Em grande medida, na origem destas dificuldades de organização encontra-se o perfil sócio-económico de quem compõe os grupos de familiares. Contrariamente aos movimentos de mães de desaparecidos e prisioneiros políticos dos regimes repressivos latino-americanos, a maioria das mães dos grupos de sobreviventes do Rio de Janeiro pertencem às camadas mais populares da população, estando não só estruturalmente mais vulneráveis à violência, como também numa posição mais difícil, no que diz respeito à sua politização.

Apesar de o longo caminho a percorrer por estas mães na luta contra a impunidade ter nessa mesma impunidade um dos seus maiores obstáculos, constatamos que a

²¹ Projecto “Sobreviventes da violência armada”, uma parceria entre o NEP/CES e o CESeC/Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, que se traduz por um curso de Promotoras Legais Populares para familiares de vítimas, uma rede de apoio psicossocial e uma rede de apoio jurídico para os elementos deste grupo, constituído, na grande maioria, por mulheres.

²² Entrevista com Renata Lira, da ONG brasileira Justiça Global, 12 de Junho de 2007.

experiência traumática da perda e da dor levou vários familiares e amigos a procurar partilhar a sua dor e a sua luta com outros familiares que passaram pela mesma situação. Algumas mães, no caminho percorrido em busca de justiça pela perda dos seus filhos, encontraram noutras mães o apoio necessário para fortalecer a sua luta, que afinal é comum. As semelhanças dos seus relatos, a dor carregada desde o acontecimento trágico e a própria luta que travavam solitariamente pela punição dos assassinos constituem o ponto de partida para que se associem, acompanhem os processos umas das outras, partilhem as suas dores e procurem sentido para a vida conjuntamente (Moura, 2007). Nas palavras de uma das mães do grupo, “Nós somos movidas pela nossa dor, e ninguém sabia. A dor virou a luta, não é?”

Além disso, toda a rede de relações sociais destruída após o assassinato dos seus filhos tem a hipótese de ser reconstruída, uma vez que se tentam estruturar, ainda que muitas vezes de forma incipiente, por falta de apoio, outras redes de relações sociais que servem de suporte para superar o sofrimento. O activismo passa a ser uma nova motivação para a vida, e a consciência de que podem contribuir para a transformação social, lutando contra a impunidade, contribui para que, muitas vezes, a total falta de sentido possa ser atenuada. O processo de luto passa a ser partilhado, ou seja, a compreensão do que ocorreu e o sentido para a luta passa a ter novas motivações. Muitas mães/familiares com mais experiência, que estão na luta há mais tempo, têm maior conhecimento sobre os passos jurídicos e os caminhos a serem percorridos, podendo ajudar nos casos mais recentes.

Os grupos já existentes, como as Mães da Cinelândia, Mães do Rio, Mães de Acari, a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, SOS Queimados, Fórum Reage Baixada, e várias outras ONG possibilitam, de certa forma, alguma articulação com o poder público e a denúncia das violações de direitos. O papel destes grupos é considerado pelos familiares essencial.

Mais rara, mas existente, é a articulação de algumas destas mães com movimentos internacionais, como as Mães da Praça de Maio. Para estas familiares, este tipo de articulação, apesar de constituir uma excepção à regra, permite visibilizar a sua luta, a nível nacional e, especialmente, internacional.

Conclusão

No Brasil, tal como em outros contextos de violências armadas, são os homens que mais matam e morrem, em virtude do uso de armas de fogo. Esta tendência global faz com que, na maioria das vezes, quem sobreviva tente fazer frente à violência, desenvolvendo mecanismos e estratégias para recuperar a normalidade e re-estabelecer a paz e segurança. E o rosto de quem sobrevive é, frequentemente, feminino.

Num primeiro momento individualmente, e, mais tarde em grupo, a reacção destas mulheres contra a violência tende a ser marcada pela informalidade e espontaneidade. Com o passar do tempo, porém, alguns destes grupos de mulheres estruturam-se política e estrategicamente. A participação colectiva e organizada das mulheres, tal como a dos homens, é assim fruto de uma opção deliberada, tomada muitas vezes em virtude da experiência pessoal das violências e das circunstâncias políticas macro (guerra, ditadura, cenários híbridos) e micro (se são politizadas ou não, por exemplo), bem como dos seus contextos sociais, económicos, culturais.

Assumindo geralmente moldes distintos do activismo político mais tradicional, nomeadamente no que diz respeito à centralidade de formas estéticas de manifestação e reivindicação e modos de actuação privilegiados, trata-se de formas de intervenção política propositivas ainda que manifestas numa escala micro.

Não raras vezes, contudo, o activismo protagonizado por mulheres é desvalorizado ou até ocultado, ao ser entendido como natural e apolítico. Em contextos de violência híbridos, que escapam aos conceitos tradicionais de guerra (e de paz), como é o caso do Brasil, e em concreto do Rio de Janeiro, esta desvalorização parece ser ainda mais evidente. Neste caso, cruzam-se vários patamares de “formatação” analítica, expressos na utilização e referência a conceitos tradicionais de política, poder, guerra e paz, que são manifestamente insuficientes para captar toda a realidade e complexidade das violências e das respostas que se ensaiam face às mesmas.

O(s) grupo(s) de mães do Rio de Janeiro, que vão dando pequenos grandes passos, alguns iniciais, outros que contam com quase vinte anos, assinalam, no nosso entender, a emergência de propostas de paz *inovadoras*, ou de novíssimas pazes (Moura, 2005), constituindo-se como um pólo de recusa e resposta face às violências.

Na opinião de Carlos Martin Beristain, um dos especialistas em saúde mental envolvidos no projecto “Sobreviventes da violência armada”, vários factores dificultam a abertura de espaços sociais alheios à dinâmica da violência, em contextos do conflito.

As experiências de resistência, como as que foram sendo referidas ao longo do texto, necessitam de abrir um espaço civil no meio de um conflito que habitualmente tende a controlar todas as suas iniciativas. Perante estas dificuldades, e ainda segundo Beristain (Moura, 2007: 141), é essencial

organizar um trabalho de rede que permita a articulação com outras iniciativas, gerar conhecimento e difusão de experiências, possibilitar intercâmbios que ajudem a entender aquilo que, num encontro sobre resistência civil para as Comunidades de Paz que realizamos há uns anos, nos foi dito por um líder camponês durante a avaliação: “Gostei deste encontro porque pudemos ver que aquilo que estamos a tentar fazer aqui na Colômbia, outras pessoas já fizeram na Guatemala. Portanto não estamos loucos... e não estamos sós.”

Ainda segundo Carlos Martin Beristain,

Como em outros conflitos, o impacto da violência não pode ser entendido como uma consequência lógica da violência nem limitar-se a uma estatística do sofrimento. Tem rostos, histórias, vozes. E formas de apoio, organização e resistência que precisam de ser visibilizadas, para evitar uma imagem vitimista das vítimas, apoiar as suas exigências e necessidades de justiça e de reparação. Potencializar estes espaços coletivos, atender às necessidades individuais e lutar contra a impunidade são parte deste trabalho de ida e volta. Como os Maias dizem na Guatemala: se vai perguntar é porque vai fazer. Esta dimensão de investigação-acção participativa faz parte também da experiência coletiva. (Moura, 2007: 144)

Neste sentido, ignorar ou desvalorizar estas iniciativas traduz-se, então, num desperdício de potenciais recursos de minimização, prevenção e transformação da violência que se esboçam em contextos particularmente difíceis.

Referências bibliográficas

- Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, seções “Notícias” e “História”, <<http://www.afdd.cl>> (acedido em 28-03-2008).
- Alves, José Cláudio Souza (2006), “Violência e Política na Baixada: os casos dos grupos de extermínio”, *Impunidade na Baixada Fluminense – Relatório 2005*. Brasília: Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Câmara dos Deputados.
- Bejarano, Cynthia (2002), “Las Super Madres de America Latina. Transforming Motherhood by Challenging Violence in Mexico, Argentina and El Salvador”, *Frontiers – a Journal of Women Studies*, 23(1), 404-428.
- Bull, Sheana Salyers (1998), “Machismo/Marianismo Attitudes, Employment, Education and Sexual Behaviour among Women in Ecuador and the Dominican Republic”, *Journal of Gender, Culture and Health*, 3(1), 1-27.
- Cockburn, Cynthia (2001) “The Gendered Dynamics of Armed Conflict”, in Caroline Moser; Fiona Clark (orgs.), *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books, 13-29.
- Cockburn, Cynthia (2005), “Feminism Antimilitarism: Scope, Problematic and Difficulties in a Global Social Movement”, comunicação proferida no âmbito do colóquio *Intended and Unintended Suffering: the Legacy of Meg Stacey’s Work*, 1-16. Disponível em: <<http://cynthiacockburn.typepad.com//Blogglobalmovt.pdf>> (acedido em 17-03-2008).
- Comadres* <http://www.comadres.org/main_english.html> (acedido em 28-03-2008).
- Delpino, Nena (1997), “Interview with Rosalina Tuyuc”, *NACLA Report on the Americas*, 31(1), 29-31.
- Elshtain, Jean Bethke (1995), “Exporting Feminism”, *Journal of International Affairs*, 48(2), 541-558.
- Fernandes, Ruben César (coord.) (2005), *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: ISER e 7 Letras.
- Goldstein, Joshua (2003), “Heroes: The Making of Militarized Masculinity”, *War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa*. Cambridge: Cambridge University Press, 251-331.
- Greenham Common: The Women’s Peace Camp, 1980-2000* <<http://www.iwm.org.uk/upload/package/22/greenham/protest.htm>> (acedido em 21-03-2008).
- Helman, Sara (1999), “From Soldiering and Motherhood to Citizenship”, *Social Politics*, 6(3), 292-313.
- Howe, Sara (2006), “The Madres de la Plaza de Mayo: Asserting Motherhood; Rejecting Feminism?”, *Journal of International Women’s Studies*, 7(3), 43-50.
- Ibáñez, Ana Cristina (2001), “El Salvador: War and Untold Stories – Women Guerrillas”, in Caroline Moser; Fiona Clark (orgs.), *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books, 117-130.

- Kennedy, Kerry (2000), "Interview with Maria Teresa Tula", disponível em <http://www.speaktruth.org/defend/profiles/profile_31.asp> (acedido em 28-03-2008).
- Krause, Wanda (2004), "The Role and Example of Chilean and Argentinean Mothers in Democratisation", *Development in Practice*, 14(3), 366-380.
- Lira, Renata (2007), "Survivors of Armed Violence in Rio de Janeiro: Dealing with Impunity", comunicação apresentada no *Seventh International CISS Millennium Conference, Global Security and the Re-Configuration of the International System: Vision and Reality*, Buçaco, 15 de Junho.
- Magallón, Carmen (2001), "La construcción de la paz", *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 73, 23-31.
- Magallón, Carmen (1994), "Mujeres en Negro contra la guerra en Yugoslavia", *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 51, 69-80.
- Magallón, Carmen (2006), *Mujeres en pie de paz*. Madrid: Siglo XXI.
- Martínez, Mario Lopez; Sánchez, Enrique (2004), "Greenham Common", in Mario López Martínez (dir.), *Enciclopedia de Paz y Conflictos*, Tomo I. Granada: Editorial Universidad de Granada, 515-516.
- Mellor, Maria (2000), *Feminismo y Ecología*. México: Siglo Veintiuno editores.
- Moser, Caroline; Clark, Fiona (orgs.) (2001), *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books.
- Moura, Tatiana (2005), "Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 77-96.
- Moura, Tatiana (2007), *Rostos Invisíveis da violência armada*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Nordhaus, B. (org.) (1949), *Der Ruf der Mutter*. Munique: Verlag Kurt Desch.
- Peluffo, Ana (2007), "The Boundaries of Sisterhood: Gender and Class in the Mothers and Grandmothers of the Plaza de Mayo", *Contracorrente*, 4(2), 77-102.
- Pettman, Jan Jindy (1996), "Men, Masculinities and War", *Worlding Women: A Feminist International Politics*. London: Routledge, 87-153.
- Pureza, José Manuel, Moura, Tatiana (2005), "Violência(s) e Guerra(s): do Triângulo ao Continuum", *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, 45-63.
- Radcliffe, Sarah; Westwood, Sallie (1993), "Gender, Racism and the Politics of Identity in Latin America", in Sarah Radcliffe; Sallie Westwood (orgs.), *Viva: Women and Popular Protest in Latin America*. London: Routledge, 1-29.
- Reardon, Betty (1985), *Sexism and the War System*. New York: Teachers College University Press.
- Safa, Helen Icken (1990), "Women's social movements in Latin America", *Gender & Society*, 4(3), 354-369.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2004), *Reconhecer para Libertar*. Porto: Afrontamento.
- Schirmer, Jennifer (1989), "'Those Who Die for Life Cannot Be Called Dead': Women and Human Rights Protest in Latin America", *Feminist Review*, 32.3, 3-29.

- Schirmer, Jennifer (1993), "The Seeking of Truth and the Gendering of Consciousness – The CoMadres of El Salvador and the CONAVIGUA Widows of Guatemala", in Sarah Radcliffe; Sallie Westwood (orgs.), *Viva: Women and Popular Protest in Latin America*. London: Routledge, 30-64.
- Shadmi, Erella (2000), "Between Resistance and Compliance, Feminism and Nationalism: Women in Black Israel", *Women's Studies International Forum*, 23(1), 23-34.
- Shayne, Julia Denise (1999), "Gendered revolutionary bridges: Women in the Salvadoran resistance movement (1979-1992)", *Latin American Perspectives*, 26(5), 85-102.
- Soares, Gaúcio *et al.* (2006), *As vítimas ocultas da violência urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Solís, Laura (1999), "La Mujer en el proceso de reconstrucción de posguerra en Guatemala", *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 68, 121-130.
- Solnit, Rebecca (2006), "Three Who Made a Revolution", *The Nation*, 3 de Abril, disponível em <<http://www.thenation.com/docprint.mhtml?i=20060403&s=solnit>> (acedido em 15-03-2008).
- Stiehm, Judith (2001), "Neither Male nor Female: neither Victim nor Executioner", in Ingeborg Breines *et al.* (orgs.), *Male Roles, Masculinities and Violence: A Culture Of Peace Perspective*. Paris: UNESCO, 223-230.
- Tickner, J. Ann (1991), "Man, the State, and War: Gendered Perspectives on National Security", *Gender in International Relations. Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 27-66.
- Tickner, J. Ann (2001), "Gendered Dimensions of War, Peace, and Security", *Gendering World Politics. Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press, 36-64.
- Vellacott, Jo (1993), "A Place for Pacifism and Transnationalism in Feminist Theory: The Early Work of the Women's International League for Peace and Freedom", *Women's History Review*, 2(1), 23-56.
- Waylen, Georgina (1992), "Rethinking Women's Political Participation and Protest: Chile 1970-1990", *Political Studies*, 40(2), 299-314.
- Women In Black, seção Zene u Crnom <<http://wib.matriz.net/>> (acedido em 17-03-2008).
- Women In Black. For Justice, Against War <<http://www.womeninblack.org/about.html>> (acedido em 17-03-2008)
- Women's International League for Peace and Freedom <<http://www.wilpf.int.ch/history/hindex.htm>> (acedido em 21-03-2008).